

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: » Etanol flex.	2
Título: O TCU e as hidrelétricas na Amazônia	2
VEÍCULO: Correio Braziliense	5
Título: Quem tem medo do novo consumidor de energia?	5
Título: Correndo com energia	6
VEÍCULO: Valor Econômico	9
Título: Arrecadação com royalties do petróleo cresce 62% no ano	9
Título: Agência suspende novas usinas no Pantanal.....	11
Título: Elétricas brasileiras têm pior desempenho	12
Título: Mais enxuta, BHP Billiton prioriza a lucratividade	14
Título: Arbitragem atrasa a negociação de dívida de Santo Antônio Energia.....	18
Título: Ajuste técnico	19

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 17/09/2018****Seção: Colunas****Autor: Camila Turtelli Clarice Couto Gustavo Porto****Título: » Etanol flex.**

Coluna do broadcast agro

A Novozymes, fabricante de enzimas para a produção de etanol, observa um interesse de usinas de açúcar e etanol em ter plantas “flex” para produzir o biocombustível tanto a partir da cana de açúcar como do milho. William Yassumoto, diretor comercial de Biorrefino para a América Latina, acredita que a expansão, hoje concentrada em Mato Grosso, vai chegar a Goiás, Mato Grosso do Sul e Paraná. “O que incentiva investimentos é a perspectiva de déficit de combustíveis no Brasil nas próximas décadas”, justifica o executivo.

» Salgado.

O reajuste da tabela de preços mínimos do frete rodoviário em 5%, no último dia 5, vai deixar os valores dos fertilizantes ainda mais altos para produtores. Esses insumos, em sua maioria importados, já estavam subindo, com o fortalecimento do dólar; o aumento da cotação de adubos no exterior e a criação da tabela do transporte, no fim de maio. Em Mato Grosso, os preços subiram à média de 10% a 15% desde então, de acordo com Carlos Heredia, vice-presidente de Supply Chain da Yara Brasil. “É inevitável repassar aos preços”, afirma.

COM NAYARA FIGUEIREDO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 17/09/2018****Seção: Espaço Aberto****Autor: José Goldemberg****Título: O TCU e as hidrelétricas na Amazônia**

Uma das características mais evidentes da deterioração da governança no Brasil é a perda da autoridade do Poder Executivo, espaço que foi ocupado pelo Judiciário, como se vê na Operação Lava Jato, como também pelos Tribunais de

Contas. Eles eram vistos no passado apenas como tomadores de contas e sempre atrasados em detectar irregularidades na aplicação de recursos pelos diversos órgãos da administração pública.

Isto está mudando como se pode ver claramente nas decisões recentes do Tribunal de Contas da União (TCU) na área de geração de eletricidade. Cerca de 65% da eletricidade no País é gerada em usinas hidrelétricas de grande porte, dentro do território nacional. Há ainda espaço para sua expansão na Região Norte e se ela não se concretizar haverá dificuldades para garantir eletricidade à população, a não ser que se queimem combustíveis fósseis, o que tem vários inconvenientes, a começar pela emissão dos gases responsáveis pelo aquecimento global.

Fontes alternativas, como biomassa, energia eólica, pequenas centrais hidrelétricas, energia fotovoltaica e outras, contribuirão, mas sem hidrelétricas o sistema não se mantém em pé. Mesmo que a contribuição de energia eólica – como está ocorrendo – aumente muito, haverá necessidade de armazenar energia quando o vento não soprar ou soprar nas horas erradas. Não é fácil armazenar grandes quantidades de eletricidade, a não ser nos reservatórios das usinas hidrelétricas, e não serão baterias elétricas apenas que o farão. O uso de gás natural em usinas termoelétricas poderá representar uma fonte de energia importante numa fase de transição, mas a custos mais elevados.

O que isso significa é que hidrelétricas com reservatórios vão continuar a ser indispensáveis por muitos anos, apesar de algumas organizações ambientalistas questionarem e se oporem frontalmente a essa opção. O argumento principal usado é o de que os reservatórios das usinas hidrelétricas inundam grandes áreas da floresta, prejudicam as populações ribeirinhas e afetam reservas indígenas. Esses prejuízos são em geral superdimensionados e mesmo que ocorram precisam ser comparados com os benefícios resultantes.

Só para dar um exemplo, três novas hidrelétricas que se pretende construir na Amazônia – Sumaúma, Quebra Remo e Inferninho – poderiam gerar cerca de 1 milhão de quilowatts (suficientes para suprir as necessidades de 2 milhões de famílias), mas inundariam mil quilômetros quadrados. O desmatamento que está sendo feito hoje na Amazônia por causa do avanço da fronteira agrícola (legal e ilegal) é de cerca de 6 mil quilômetros quadrados por ano. Ele se repete todos os anos e já foi de mais de 20 mil quilômetros quadrados por ano. A área inundada pelas hidrelétricas acima citadas é de cerca de mil quilômetros quadrados, e apenas uma vez.

Outro exemplo é o da usina hidrelétrica de Belo Monte, que foi planejada para gerar cerca de 11 milhões de quilowatts no período de vazão máxima das águas, o que só se verifica em menos de seis meses por ano. Na média, vai gerar 35%

dos 11 milhões de quilowatts, apesar do enorme custo das máquinas, dimensionadas para gerar o dobro. Além disso, tem um reservatório relativamente pequeno, de 478 quilômetros quadrados (menos de um décimo do que se desmata hoje na Amazônia por ano), ou seja, vai funcionar "a fio d'água", o que significa que estará sendo desperdiçada uma grande capacidade de geração de eletricidade. Em lugar de atender às necessidades de 20 milhões de famílias, a usina atenderá a um número bem menor. Em contraste, há usinas, como Ilha Solteira, em São Paulo, que têm reservatório e geram energia durante mais de 50% do tempo.

O Ministério de Minas e Energia deveria ter equacionado esses problemas, mas conflitos com o Ministério de Meio Ambiente (particularmente com o Ibama) e problemas com a demarcação de áreas indígenas e quilombolas tornaram o processo de licenciamento kafkiano.

Por essa razão, o Tribunal de Contas da União, em reunião realizada em dezembro de 2017, determinou que no decorrer do ano de 2018 o Executivo reveja vários aspectos dos problemas de produção de energia no País e suas consequências ambientais, em particular no que se refere a grandes usinas hidrelétricas, como a usina São Luiz do Tapajós, que teve seu processo de licenciamento arquivado unilateralmente pelo Ibama. Parada há cerca de dez anos por afetar terras indígenas, Tapajós evitaria a emissão de 6,5 milhões de toneladas de CO₂ anuais que seriam gerados por uma termoeletrica a gás natural de ciclo combinado, considerada uma das menos poluentes em comparação com outros combustíveis, como óleo diesel ou carvão.

O TCU estimou que o consumidor brasileiro terá prejuízo de R\$ 23 bilhões em 30 anos, ou R\$ 774,4 milhões por ano, com a substituição da construção da usina hidrelétrica de São Luiz do Tapajós por termoeletricas. Por essa razão, o TCU recomendou que a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) leve em conta alternativas às termoeletricas fósseis ao elaborar seu Plano Decenal de Expansão de Energia, como a construção de hidrelétricas.

A decisão do TCU é particularmente incisiva ao tratar do tema da sustentabilidade dos projetos hidrelétricos, ao dizer que o termo "sustentabilidade" pressupõe adequabilidade ambiental e social do empreendimento, mas também o atendimento às condições de contorno da viabilidade técnica, econômica e financeira do empreendimento, e também que "não é razoável que os interesses dos povos tradicionais prevaleçam, a qualquer custo, sobre os da coletividade". Por todas essas razões é urgente que as autoridades governamentais responsáveis pelo planejamento energético não só cumpram as decisões do TCU, como retomem o seu papel no planejamento energético do País.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 17/09/2018**Seção:** Opinião**Autor:** Guilherme Sustera**Título:** Quem tem medo do novo consumidor de energia?

Nos últimos anos, temos observado transformações nas relações de consumo, em especial o surgimento dos prosumers, por exemplo por meio de plataformas como Airbnb e Uber. São pessoas que buscam alternativas para melhorar a relação qualidade x custo de produtos e serviços e oportunidades de ganhos econômicos. Combinando aspectos tecnológicos e regulatórios, essas mudanças resultaram também na constituição de um novo consumidor de energia, que produz sua própria eletricidade em casa ou por meio de cooperativas.

Mas, apesar das tendências promissoras, mudanças regulatórias em discussão ameaçam essa trajetória. A Resolução Normativa 482/2012, que definiu as regras para a geração distribuída (GD), pode ser alterada fazendo com que o cidadão brasileiro perca a oportunidade de continuar participando da transição para um sistema mais limpo e eficiente, na contramão dos acordos climáticos internacionais e da política energética legalmente em vigor no país.

Na verdade, o novo consumidor de energia é parte de um fenômeno mais amplo de transformações do setor elétrico em escala global. Trata-se de um ciclo virtuoso que combina a consciência quanto aos impactos das fontes convencionais de energia, o desenvolvimento de políticas públicas em prol das metas de redução de emissões de CO2 e avanços tecnológicos. Sistemas de armazenamento de energia, mobilidade elétrica e automação completarão esse ciclo, tornando cada vez mais real a outrora futurista smart grid.

Cientes dessas transformações, alguns grupos tradicionais estão reorganizando seus negócios para garantir sua relevância nesse novo paradigma. Exemplos incluem a Engie, que está concentrando suas operações na área de serviços, e a italiana Enel, que recentemente lançou a iniciativa Enel X para aplicação de novas soluções tecnológicas no setor elétrico global. Em paralelo, assistimos ao crescimento de operações pulverizadas que viabilizam a participação direta do consumidor final nas diferentes frentes das redes inteligentes.

O fato é que, no caso brasileiro, as regras abriram espaço tanto para consumidores isolados como para empresas de pequeno porte, com acesso limitado a capital, atuarem no setor elétrico. Eles estão por trás de boa parte da expansão da geração solar distribuída no país, que cresceu 38% no primeiro semestre deste ano frente ao total instalado em 2017. Em um cenário em que a

economia brasileira patina, o segmento contribuiu com investimentos demais de R\$ 2,3 bilhões na primeira metade de 2018, de acordo com a consultoria Greener.

Diante dessa evolução, as distribuidoras alarmam sobre a existência de um subsídio cruzado implícito. Segundo a associação que representa o segmento, a cada 400 MW novos de GD, haveria um impacto de 0,1% nas tarifas. Com base nesses dados e nas projeções da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que prevê 3.900 MW de GD até 2026, é possível identificar que o impacto seria de, no máximo, 0,9% em 8 anos! Além desses cálculos serem uma caixa-preta, as distribuidoras se omitem sobre os impactos positivos trazidos por essa tecnologia, além de não divulgarem nada sobre o volume de recursos pagos pelos usuários desses sistemas pelo uso da rede.

O mais curioso, entretanto, é o posicionamento das distribuidoras lutando contra um impacto potencial de menos de 1% nas tarifas de energia em médio prazo, ao mesmo tempo em que defendem reajustes tarifários superiores a 15% ao ano.

Na realidade, o que está por trás desse debate é um esforço das distribuidoras em evitar que os consumidores tenham alternativas que possam melhorar a qualidade dos seus serviços. Ou seja, enquanto o mundo acorda para a necessidade de implantar mudanças em favor da smart grid, com forte participação direta dos consumidores e aumento das fontes limpas na matriz, o mercado brasileiro, que ainda engatinha, sofre a ameaça de ser interrompido ou ter pelo menos postergado ao máximo qualquer tentativa de efetiva inovação no segmento.

Mais do que considerar interesses de grupos específicos, o debate deve observar os benefícios líquidos da geração distribuída para a sociedade brasileira como um todo, bem como as transformações mundiais em curso em prol de um setor elétrico mais eficiente, sustentável e que trate o consumidor como um indivíduo, não como um medidor.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 17/09/2018

Seção: Mundo

Autor: Vilhena Soares

Título: Correndo com energia

Uma corrida pelo parque ou uma simples caminhada até o trabalho pode recarregar diversos aparelhos eletrônicos. É o que garantem pesquisadores

americanos, que desenvolveram um relógio de pulso capaz de gerar e armazenar energia a partir das movimentações de seu usuário. Segundo os criadores, a solução consegue gerar carga suficiente para operar um sistema pessoal de monitoramento de saúde, como um medidor de pressão arterial. Detalhes do trabalho foram divulgados recentemente na revista *Advanced Functional Materials*.

Dispositivos de coleta de energia estão em alta devido à necessidade de alimentar os variados equipamentos que compõem a internet das coisas. Há ainda questões econômicas e ambientais. Ao fornecer energia contínua a um equipamento recarregável ou a um supercapacitor, os coletores podem diminuir a troca de baterias e, consequentemente, o acúmulo desses dispositivos em aterros sanitários. Inspirados por essas demandas, os cientistas americanos recorreram ao efeito piezoelétrico para criar o relógio. O fenômeno ocorre em alguns cristais, que produzem tensão elétrica se comprimidos ou mudam de forma quando recebem uma carga elétrica, e é muito usado em dispositivos de ultrassom e sonares.

“Houve alguns bons desafios na nossa pesquisa. O primeiro foi como obter uma boa espessura, o que conseguimos com uma folha de metal flexível. Sabíamos que só dessa forma conseguiríamos obter um efeito piezoelétrico mais forte”, destaca, em comunicado, Susan Trolier-McKinstry, professora de ciência e engenharia de materiais e engenharia elétrica da Universidade Estadual da Pensilvânia, nos Estados Unidos.

O relógio é composto por titanato de zirconato de chumbo (PZT). Esse material piezoelétrico, usado em equipamentos diversos, recebeu revestimento de uma folha de metal flexível para aumentar em quase cinco vezes sua espessura. Segundo os criadores, quanto maior o volume, maior a geração de potência energética. Além do metal acoplado, o relógio conta com ímãs embutidos, que aumentam a capacidade de captação de energia pelo movimento.

A combinação de soluções deu certo: em testes, protótipos do relógio coletaram mais energia. Segundo os criadores, o design do dispositivo também foi pensado com esse intuito. “O dispositivo, fabricado usando nossos materiais otimizados, se destaca também pelo tamanho reduzido, o que não interfere em seu rendimento”, frisa McKinstry.

A equipe acredita que poderá dobrar a produção de energia usando o processo de sintetização a frio, uma tecnologia baseada em baixa temperatura. Além disso, os cientistas trabalham na adição de um componente magnético que ajude na coleta de energia durante uma parte maior do dia, principalmente quando o usuário não está fazendo atividades físicas.

Tendência

Segundo Antônio Isidro, professor de inovação da Universidade de Brasília (UnB), o uso de tecnologia inteligente em aparelhos eletrônicos tem ficado cada vez mais comum. “Os produtos estão se miniaturizando. Hoje, vemos com mais frequência os chamados smart watches, que reúnem diversas funções. Você pode mandar um e-mail, monitorar sua casa, saber de taxas relacionadas à saúde, o que é bom para pacientes que sofrem de doenças como diabetes, entre outras funcionalidades”, ilustra.

Outro atrativo do relógio é a perspectiva de gerar energia de forma alternativa, segundo o especialista brasileiro. “Essa possibilidade de o movimento gerar energia é algo que vai ser bastante explorada. Pensando mais à frente, poderemos ter trens que se locomovem com o atrito dos trilhos e carros elétricos que conseguem recarregar quando estão na estrada, entre outras soluções. São várias vias que podem ser exploradas por meio do mesmo tipo de tecnologia”, detalha.

O professor da UnB acrescenta que essas mudanças serão impulsionadas também pelo fortalecimento de novas demandas da sociedade, como a sustentabilidade. “Muito disso é pensado nessas mudanças trazidas pela internet das coisas, com um número maior de aparelhagens nesse perfil, mas também há a preocupação com o meio ambiente, que necessita de energias mais renováveis. Com essa mentalidade, essas mudanças acontecem mais rápido”, ressalta Antônio Isidro.

Rotina conectada

O termo é usado para definir a rede que interliga virtualmente itens usados no cotidiano. Segundo especialistas, o surgimento de geladeiras, relógios, carros e até mesmo roupas e sapatos que estão conectados na rede mundial de computadores é a mais recente revolução tecnológica vivida pela sociedade, com crescimento acelerado. A empresa de pesquisa IDC estima que, no Brasil, 4% das residências tenham algum dispositivo conectado que pode ser acessado e controlado pela internet. O número, mesmo tímido, é 2,5 vezes maior do que o registrado em 2016.

Palavra de especialista

Inspirado nos mecânicos

“O efeito piezoelétrico já é conhecido, porém, aplicá-lo para gerar uma energia contínua é algo novo, ainda muito inicial, mas que parece promissor. Nós temos relógios, os mecânicos, que já funcionam pela energia que geram também pelo movimento, em uma espécie de pêndulo. O atrito faz com que as engrenagens

funcionem. Essa nova tecnologia parece inspirada nisso. Acredito que uma dificuldade a ser enfrentada por esse sistema é a capacidade de armazenar a energia, que é difícil, porque você pode correr o risco de perdê-la. Mas caso isso seja resolvido, seria um ganho muito grande, pois reduziria o uso de baterias. Dessa forma também, o auxílio ao meio ambiente seria considerável”

Gláucio Siqueira, professor do Centro de Estudos em Telecomunicações da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)

"Pensando mais à frente, poderemos ter trens que se locomovem com o atrito dos trilhos e carros elétricos que conseguem recarregar quando estão na estrada”

Antônio Isidro, professor de inovação da Universidade de Brasília (UnB)

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/09/2018

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Arrecadação com royalties do petróleo cresce 62% no ano

A valorização do dólar e o aumento dos preços internacionais do barril de petróleo têm ajudado a fortalecer os cofres públicos em 2018. Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a arrecadação de royalties e participações especiais incidentes sobre a produção de óleo e gás acumula uma alta de 62% entre janeiro e agosto em relação a igual período do ano passado. Ao todo, a União, Estados e municípios já garantiram, nos oito primeiros meses do ano, R\$ 34,756 bilhões, 14% a mais do que toda a receita levantada em 2017, de R\$ 30,469 bilhões.

A União já arrecadou em 2018, ao todo, R\$ 14,331 bilhões, enquanto os Estados ficaram com R\$ 12,240 bilhões, e os municípios, com R\$ 6,865 bilhões.

O professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ex-diretor da ANP, Hélder Queiroz, explica que o ritmo de crescimento da arrecadação surpreende, devido ao aumento inesperado dos preços internacionais do petróleo, para patamares acima dos US\$ 75 (alta de 18% em relação ao fim de

2017), e à desvalorização do real ante o dólar, em meio às incertezas políticas. Ele, contudo, prega cautela à administração pública.

"Os governos têm que ficar atentos, porque, dada a incerteza política, a depender dos resultados das eleições, da mesma forma que o dólar subiu neste ano, pode cair em 2019. Hoje o mais provável também é que os preços internacionais do petróleo se mantenham nos mesmos níveis, ou caiam, em 2019, embora, por outro lado, seja esperada uma alta na produção [em razão da entrada de novas plataformas entre o fim deste ano e o ano que vem]", explicou.

Para 2019, a Administração de Informação de Energia (agência do governo dos EUA) projeta o barril do tipo Brent (referência para a ANP e para os negócios da Petrobras) cotado a US\$ 73,6, ante os US\$ 72,8 previstos para este ano.

Entre os Estados, o Rio respondeu por 72% da arrecadação, com R\$ 8,9 bilhões, seguido de São Paulo (R\$ 1,5 bilhão) e Espírito Santo (R\$ 1,3 bilhão). Os números não consideram as receitas destinadas aos municípios. Só as cidades fluminenses arrecadaram R\$ 4,2 bilhões, lideradas por Maricá e Niterói, na região metropolitana.

Dos R\$ 34,8 bilhões arrecadados no país, os royalties totalizam no ano R\$ 14 bilhões, alta de 39,3% em relação aos oito primeiros meses de 2017.

Já as participações especiais (contribuição que incide somente sobre os campos mais rentáveis, de maior escala) totalizaram R\$ 20,7 bilhões, 82,8% mais que no acumulado entre janeiro e agosto do ano passado. Esse crescimento expressivo se deve à entrada de uma série de novos projetos no pré-sal, onde estão concentrados os campos de maior produtividade do país.

Os maiores poços do pré-sal chegam a produzir acima de 30 mil barris de petróleo por dia. Para ter uma ideia da relevância desses números, Mero (parte noroeste de Libra), por exemplo, tem apenas um poço produtor e já é o décimo maior campo do país.

O pré-sal já responde por 54,6% da produção total de petróleo do país. Os dois maiores campos produtores do país - Lula e Sapinhoá, na Bacia de Santos - estão nessa região e, por estarem contratadas sob o regime de concessão, pagam royalties e participações especiais (no regime de partilha, os campos pagam apenas royalties).

O aumento das receitas é fruto da valorização de 11,58% do dólar (R\$ 3,5480) e de 52,4% do preço internacional do petróleo (US\$ 71,8) em 2018, segundo a média de câmbio e barril no acumulado do ano até agosto, ante igual período de 2017. Esses fatores ajudam a compensar a queda de 1,3% na produção

nacional neste ano, que totalizou, entre janeiro e julho, uma média de 2,594 milhões de barris/dia.

A expectativa para 2018, contudo, é de alta. Segundo projeções do **Ministério de Minas e Energia**, a produção no Brasil deve atingir neste ano pela primeira vez a marca de 1 bilhão de barris, 4% mais que em 2017.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/09/2018

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Agência suspende novas usinas no Pantanal

A Agência Nacional de Águas (ANA) informou na sexta-feira que suspendeu até maio de 2020 a emissão de autorizações para implantar novas hidrelétricas na bacia hidrográfica do Paraguai, região onde fica o Pantanal.

A agência informa que o objetivo da decisão é evitar que as barragens construídas para produção de energia elétrica "prejudiquem outros usos praticados na região, principalmente pesca e turismo". A autarquia ressalta que a medida garante a preservação do bioma da região, classificado como "vulnerável".

Ela afirma ainda que a suspensão estará em vigor enquanto não for concluído estudo sobre os efeitos socioeconômicos e ambientais da implantação desses empreendimentos sobre os demais usos da água e sobre os próprios recursos hídricos.

A suspensão temporária é considerada pela ANA como uma das ações regulatórias necessárias apontadas pelo Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai (PRH Paraguai), aprovado em março pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). A agência considera "novos empreendimentos hidrelétricos" aqueles que não estavam em operação comercial até 18 de julho deste ano.

Segundo a autarquia, os novos estudos poderão aperfeiçoar seus procedimentos e critérios de licenciamento de projetos. As análises, que serão entregues em 2020, são realizadas pela Fundação Eliseu Alves, contratada pelo órgão regulador.

A ANA esclarece que a restrição afeta projetos hidrelétricos em rios de domínio da União regulados pela instituição - são os que atravessam mais de um Estado ou fazem a demarcação das fronteiras.

De acordo com a ANA, existem 144 aproveitamentos hidrelétricos em estudo na região hidrográfica do Paraguai, a maioria para construção de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). A região já conta com sete hidrelétricas, 29 PCHs e 11 centrais geradoras hidrelétricas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Elétricas brasileiras têm pior desempenho

O abismo entre o desempenho das maiores companhias elétricas do Brasil e o restante do mundo ficou mais profundo nos últimos 10 anos, aponta um relatório elaborado pela consultoria alemã Roland Berger, obtido com exclusividade pelo **Valor**. No período, o setor elétrico da América do Sul destruiu um total de US\$ 71 bilhões em valor, sendo que, do montante, o Brasil foi responsável pela destruição de US\$ 66 bilhões. Ao mesmo tempo, as elétricas da Europa e dos Estados Unidos tiveram criação de valor de US\$ 312 bilhões.

O resultado é uma criação líquida de valor no setor elétrico global da ordem de US\$ 244 bilhões nos últimos 10 anos.

De acordo com Antonio Bernardo, presidente da Roland Berger no Brasil, México, Portugal e Angola, o retrato reflete a queda nas taxas de retorno dos investimentos no setor elétrico no Brasil.

O retorno sobre o capital investido, medido pela sigla em inglês Roic, caiu de 7,7% em 2008 para 5,4% em 2017. A amostra considera 22 empresas brasileiras que atuam em geração, transmissão, distribuição ou integradas. No restante do mundo, as 200 maiores companhias do setor tiveram queda no retorno, que passou da média de 8,7% para 7,7%.

Na Europa e nos Estados Unidos, a estagnação do crescimento é apontada como principal razão para a queda nas taxas de retorno. Na Ásia, o problema é o

predomínio de capital chinês, que privilegia crescimento e não taxas de retorno adequadas.

A piora no Brasil, mais acentuada que no restante do mundo, reflete os baixos investimentos em eficiência operacional, transformação digital, além de alocação de capital inadequada. A Medida Provisória (MP) 579, publicada em 2012 pela então presidente Dilma Rousseff com o objetivo de reduzir as tarifas de energia (que depois subiram), é outra das maiores razões para a destruição de valor no setor.

Embora o cenário no Brasil seja preocupante, há uma grande diferença entre as empresas privadas e as estatais. Segundo o estudo, as privadas tiveram desempenho muito superior às públicas nos últimos 10 anos, mantendo lucratividade durante os períodos de crise econômica, entre 2008 e 2009 e depois entre 2014 e 2016, com um Roic três vezes maior que o das estatais no ano passado - para cada real investido, as privadas tiveram retorno três vezes maior que as públicas.

Segundo Bernardo, 85% do valor destruído pelas elétricas brasileiras aconteceu nas estatais.

O 'valuation' dos ativos medido pelo indicador P/VPA (preço das ações em relação ao valor patrimonial) também mostra a diferença entre as estatais e as privadas. No ano passado, o indicador estava em 0,6 vez para as estatais, o que mostra que elas eram avaliadas representando 60% do seu valor patrimonial. Já as privadas tinham P/VPA de 1,7 vez.

"Seguramente, uma das principais conclusões do estudo é que há um espaço muito grande para privatizações", disse Bernardo. Segundo ele, as estatais poderiam duplicar a performance caso fossem privatizadas.

Para se ter uma ideia da discrepância entre as estatais e as privadas, apesar do estudo ter mostrado que o Brasil está muito aquém dos retornos vistos no restante do mundo, as melhores companhias do país ("top performers") tiveram desempenho melhor que as mais bem avaliadas elétricas do mundo. AES Tietê, Elektro e Engie são as únicas da amostra que cresceram e criaram valor. A Taesa, por sua vez, teve um bom resultado nas taxas de retorno, mas estas foram compensadas pelo seu custo de capital, fazendo com que não houvesse criação de valor.

O grupo das quatro empresas brasileiras mais bem avaliadas terminou 2017 com P/VPA de 2,7 vezes, contra um indicador de 1,9 vez das 20 elétricas com melhor desempenho no mundo. O Roic das elétricas locais, por sua vez, terminou o ano passado em 14,4%, ante uma taxa de retorno média de 8,9%

das companhias com melhor desempenho no mundo, dentro da amostra da Roland Berger.

Na Europa, a empresa de melhor desempenho é a escocesa SSE, uma das seis maiores companhias britânicas do setor energético. Na América do Norte, a americana Exelon, sediada em Chicago, exibiu a melhor performance da amostra. Na Ásia, por sua vez, o destaque foi a China Yangtze Power, pertencente ao grupo da China Three Gorges (CTG).

Outra diferença é que, no Brasil, as empresas "integradas" (que atuam em geração, transmissão e distribuição), geralmente maiores, tiveram desempenhos sempre inferiores em relação aos demais grupos analisados. Isso não se repete a nível internacional, onde as grandes companhias alavancam ganhos de escala e registram resultados melhores.

Das 22 duas companhias avaliadas pela Roland Berger, 10 são integradas, e nenhuma delas teve criação de valor no período, sendo que quatro também não cresceram. Segundo o estudo, historicamente, o desempenho dessas empresas é inferior ao das demais no Brasil. Um dos principais motivos para isso, segundo Bernardo, é que as integradas são, em grande parte, estatais. Estão no grupo, por exemplo, Eletrobras, Copel, Cemig e Light.

"Não há outra explicação. As grandes empresas no mundo são mais rentáveis porque há economia de escala, diversificação de riscos", disse o presidente da Rolang Berger no Brasil.

A conclusão do estudo, segundo ele, porque as companhias do setor elétrico, principalmente no Brasil, precisam se concentrar na criação de valor aos acionistas, por meio de investimentos em eficiência operacional, transformação digital e aprimoramento da estratégia regulatória.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Neil Hume | Financial Times

Título: Mais enxuta, BHP Billiton prioriza a lucratividade

Após a BHP Billiton anunciar seus resultados no mês passado, o executivo-chefe, Andrew Mackenzie, fez uma pausa para reflexão. "Tornamos a BHP uma companhia muito mais simples, formidavelmente simples", disse ele enquanto a mineradora declarou um dividendo final recorde.

Assim que o grupo anglo-australiano concluir a venda de seu negócio de petróleo em terra firme nos Estados Unidos, mais para o fim do ano, Mackenzie presidirá uma companhia dedicada a apenas quatro commodities - cobre, minério de ferro, carvão de coque e petróleo offshore - e 13 ativos operacionais. Isso é muito diferente da companhia que ele assumiu em 2013, que tinha interesses em 41 projetos em 13 países espalhados por seis continentes.

Mas qualquer insinuação de que agora poderia ser um bom momento para deixar o cargo é rapidamente descartada por esse geólogo nascido na Escócia, que afirma ter mais ideias para melhorar a empresa. "Estou muito animado... com a maneira como podemos transformar mais a empresa", disse ao "Financial Times". "E não é um exagero achar que sou o cara certo para liderar isso."

Empresa encerrou sua desastrosa incursão na indústria de xisto dos EUA ao vende ativo para BP por US\$ 10,5 bilhões

A gestão de Mackenzie no comando da BHP tem sido dominada por um grande esforço de enxugamento dos ativos e centralização dos negócios, para que a empresa possa se concentrar em recursos e commodities que possam fazer uma diferença real para a lucratividade

É uma estratégia que já rendeu mais de US\$ 12 bilhões em ganhos de produtividade nos últimos cinco anos e, conforme Mackenzie aponta prontamente, mais de US\$ 12 bilhões em fluxo de caixa livre em cada um dos últimos dois anos. O endividamento líquido está em US\$ 10,9 bilhões. Em 2013 era de US\$ 29,1 bilhões. "Nossas margens estão agora onde estavam em 2011... sobre preços das commodities que não são os mesmos. Isso não é uma anomalia. É algo sustentável", diz ele.

No entanto, a reconstrução da BHP, a maior companhia mineradora do mundo, não tem sido um processo rápido e livre de problemas. E meio a uma queda brutal dos mercados de commodities, a BHP foi forçada a abandonar sua política de dividendos progressivos, sob a qual a companhia era obrigada a manter ou aumentar os pagamentos aos acionistas.

A companhia também teve de lidar com as consequências do rompimento de uma barragem em uma joint venture [Samarco] no Brasil em 2015, que causou a morte de 19 pessoas e provocou um grande desastre ambiental.

No âmbito pessoal, Mackenzie teve de enfrentar especulações sobre seu futuro desde a nomeação de um novo presidente do conselho de administração em 2017 e o lançamento, pelo investidor ativista Elliott Advisors, de uma campanha ruidosa por mudanças.

Esses rumores diminuíram (a Elliott também sossegou) e Mackenzie está a meses de se tornar o executivo-chefe mais longo da BHP. "Acho que ele merece mais crédito pelo trabalho que vem fazendo", afirma George Cheveley, gerente de portfólio da Investec Asset Management e a acionista da BHP. "Simplificar a companhia foi um processo bem complicado. Mas agora está feito."

No mês passado, a BHP finalmente encerrou sua desastrosa incursão na indústria de xisto dos Estados Unidos, com um acordo para a venda de seus negócios de petróleo em terra firme para a BP por US\$ 10,5 bilhões, com uma promessa de devolver todos os recursos obtidos para os acionistas.

"Ninguém no mercado achou que eles iriam conseguir esse preço quando eles anunciaram inicialmente que pretendiam vender o negócio", diz Hunter Hillcoat, analista da Investec Securities.

CEO enfrenta atraso em plano que vai gerar mais US\$ 2 bi em ganhos de produtividade, e que só será finalizado em 2020

Sob Marius Kloppers, executivo-chefe anterior, a BHP gastou US\$ 20 bilhões para entrar na indústria do xisto nos EUA e mais US\$ 20 bilhões no desenvolvimento de seus ativos. Atingida pelo golpe duplo dos baixos preços do gás e uma grande queda do petróleo, o negócio nunca deu lucros, perdeu dinheiro e manchou a reputação da BHP de administradora responsável de capital. "Não subestime a venda dos negócios de xisto. Ela é muito clara e acaba com um incômodo para a BHP", diz Cheveley.

Graças a esse negócio e à alta dos preços do petróleo, o preço da ação da BHP acumula uma queda de apenas 0,2% no ano, superando o desempenho das concorrentes Rio Tinto, cuja ação acumula perda de 11%, Anglo American (queda de 5%) e Glencore (queda de 24%).

O preço da ação da BHP nos últimos cinco anos, porém, caiu quase 5% em comparação ao índice FTSE 100, que subiu mais de 11%. A companhia também ficou atrás da Rio Tinto no retorno de caixa para os acionistas nos últimos anos.

Uma parte importante da campanha de simplificação da BHP foi a decisão, em 2015, de agrupar em uma nova companhia uma série de ativos não desejados - incluindo as unidades de alumínio, manganês e prata. Inicialmente apelidada de "CrapCo" (em tradução livre, Companhia Lixo), a South32 viu o preço de suas ações subir mais de 70% desde que foi desmembrada para os acionistas da BHP e listada em bolsa em 2015.

Segundo Mackenzie, a BHP agora está próxima do "portfólio ideal" e não planeja novos desinvestimentos. Ao contrário da Rio Tinto, que ganha a maior

parte do seu dinheiro com o minério de ferro, a BHP tem uma disseminação mais equilibrada dos lucros. No ano até junho, as operações com minério de ferro da BHP geraram 39% dos lucros consolidados antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês), enquanto as operações com cobre responderam por 28%, as de carvão de coque por 19% e petróleo por 14%.

Mackenzie gostaria de aumentar as operações com cobre e petróleo offshore, mas segundo ele isso provavelmente vai acontecer via exploração e não aquisições. "É sempre melhor acrescentar com as perfuratrizes de rocha (brocas) do que com aquisições, mas isso não precisa ser exclusivo", disse, apontando para a participação bem-sucedida em uma licitação para exploração de petróleo em águas profundas no Golfo do México.

Mais recentemente, comprou participação de 6% em uma mineradora jovem chamada SolGold, cujo principal ativo de exploração está no Equador, que poderá se transformar na próxima grande fronteira mundial do cobre.

Olhando para o futuro, Mackenzie diz estar concentrado em mais cortes de custos, na "desburocratização" e no trato a questões aparentemente mundanas como fazer os gigantescos caminhões fora-de-estrada, perfuratrizes e sistemas de correias transportadoras operarem por mais tempo. "Tiramos cerca de US\$ 1 bilhão de nossos custos funcionais quando separamos a South32. Estamos agora analisando como vamos fazer isso de novo."

A volta das pressões sobre os custos, por meio dos preços mais altos do petróleo, dos preços das matérias-primas e a inflação dos salários, está forçando todas as mineradoras a fazer mais com menos e reduzir as despesas gerais.

Mackenzie também quer que a BHP tenha uma estratégia mais estruturada em relação à manutenção, "que representa uma parcela significativa de nossa base de custos... e afeta muito a eficiência de nossas operações", e injetar mais tecnologia nos negócios.

"Sentimos que a internet industrial das coisas pode realmente fazer a diferença na maneira como você administra uma operação mineradora. Sentimos a mesma coisa em relação à automação", diz ele.

Exemplos disso são a automação de decisões, que a BHP está usando para criar algoritmos de aprendizado de máquina que podem prognosticar problemas em veículos e equipamentos, e o plano de manutenção preventiva. "Com certeza eles diminuíram o passo. Mas há uma quantidade significativa de trabalho a ser feito", diz Hillcoat. A BHP está atrasada num plano com o qual pretende obter

mais US\$ 2 bilhões em ganhos de produtividade, que agora será concretizado em 2020, em vez de em 2019, por causa de problemas geológicos em suas minas de carvão de coque na Austrália.

Ela também sofreu outro revés na Olympic Dam (OD), sua enorme mina de cobre, urânio e ouro no distrito da Austrália do Sul, onde o estouro de uma tubulação interrompeu as operações. A companhia foi atingida por uma sucessão de problemas na OD nos últimos anos, como corte de energia, manutenção de caldeiras e uma grande avaria na unidade, que a impediram de alcançar as metas fixadas pelo CEO. "É o único ativo que... não está na categoria de retorno de dois dígitos, agora que o xisto se foi. Pode ter certeza de que ele está recebendo muito mais atenção da minha parte. É o grande problema que temos de enfrentar", afirmou.

Esse é outro grande benefício da sua agenda de simplificação. "Precisamos resolver os problemas da OD e estamos melhores nisso. Mais e mais de nossos melhores quadros serão direcionados para isso." **(Tradução Mário Zamarian)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Silvia Rosa e Camila Maia | De São Paulo

Título: Arbitragem atrasa a negociação de dívida de Santo Antônio Energia

Os sócios da Santo Antonio Energia (Saesa) e o BNDES estão buscando uma solução para resolver o refinanciamento da dívida de R\$ 10 bilhões que a concessionária da hidrelétrica do Rio Madeira tem com o banco de fomento e as instituições que repassaram esse crédito. A renegociação da dívida voltou a ser discutida após a Andrade Gutierrez e a Cemig terem entrado neste mês com um processo de arbitragem contra os demais acionistas da Madeira Energia S.A. (Mesa), a holding controladora.

Cemig e Andrade questionam a conversão da dívida de cerca de R\$ 1 bilhão em capital na Mesa.

A conversão da dívida foi aprovada em assembleia de acionistas da Mesa, mas a Saag Investimentos, da Andrade, e Cemig, que detêm juntas 22,4% da hidrelétrica, votaram contra a operação. O protesto se deu pelo fato de que o crédito que será convertido em ações é detido por três dos sócios: Odebrecht, Furnas, e FIP Amazônia (Odebrecht e FI-FGTS). Se a Cemig e a construtora não aportarem recursos na capitalização, serão diluídas.

A conversão da dívida em capital era uma das condições exigidas pelo BNDES para aprovar o refinanciamento do crédito. A solução que está em discussão no momento é incluir uma cláusula no contrato de refinanciamento que estabeleça que os acionistas só receberão qualquer pagamento do caixa da companhia após o término da dívida com o BNDES, que passaria para 2040 após a renegociação, ou após o processo de arbitragem, que poderia acabar em 2021.

O BNDES quer garantir que nenhum recurso seja retirado da companhia para pagamento aos acionistas. O refinanciamento da dívida é condição essencial para a sobrevivência de Santo Antônio.

Em 2014, Mesa chamou aumento de capital de R\$ 780 milhões para pagar uma cobrança do consórcio construtor da usina - Odebrecht, Andrade e fornecedoras de equipamentos. A Cemig e a Andrade questionaram a cobrança e a capitalização foi questionada em uma arbitragem, da qual saíram vencedoras no início de 2017. A operação foi cancelada. O valor, no entanto, já havia sido pago.

Como a Santo Antônio não tinha como devolver os recursos, o valor revertido se transformou em uma dívida de curto prazo com os sócios, registrada no balanço do ano passado e aprovada pelos acionistas. São esses créditos que serão convertidos em um aumento de capital. Mas Cemig e Andrade contestam esse valor da dívida com o consórcio construtor.

Enquanto a disputa não se resolve, a empresa precisa conseguir o refinanciamento da dívida com o BNDES e os bancos repassadores. A expectativa é que não deve sair antes de 25 de setembro. Isso trará alívio para a companhia ao adiar a retomada dos pagamentos da amortização para 2025 e juros para o primeiro semestre de 2019.

A concessionária tem de amortizar em 15 de setembro uma dívida bancária. Para levantar caixa, estuda vender energia futura para 2028 a Cemig e Furnas. Seus credores já aprovaram a desconstrução de energia futura, para reduzir a exposição ao risco hidrológico, o que abriu espaço para fazer novas vendas de energia.

Procurados, a Saesa e o BNDES não comentam o assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/09/2018

Seção: Agronegócios

Autor:

Título: Ajuste técnico

Commodities Agrícolas

Após registrarem forte alta ao longo da semana passada, reagindo à queda na produção brasileira e ao aumento no preço mínimo do etanol indiano, os contratos futuros de açúcar passaram por ajuste técnico na bolsa de Nova York na sexta-feira. Os papéis com vencimento em março fecharam a 12,02 centavos de dólar a libra-peso, queda de 43 pontos. Segundo Maurício Muruci, da Safras & Mercado, as cotações romperam a média móvel de 40 dias, considerado um indicador de médio prazo para a tendência do mercado, disparando ordens automáticas de venda. Na semana, a alta acumulada foi de 24 pontos. No mercado interno, o indicador Cepea/Esalq para o açúcar cristal negociado em São Paulo ficou em R\$ 61,61 a saca de 50 quilos na última sexta-feira, alta de 1,48%.

MME / ASCOM .